

El País, 30 de dezembro de 2020

## **Atraso do Brasil em começar vacinação contra covid-19 estende crise e retarda retomada da economia**

*Especialistas acreditam que PIB do primeiro trimestre do ano pode vir negativo caso doença não seja controlada. Fim do auxílio emergencial deve causar salto na taxa de desemprego*

Por: Heloísa Mendonça

Enquanto mais de 40 países do mundo já começaram a aplicar vacinas contra a covid-19, o Brasil continua em disputas políticas, sem uma data para o início da imunização e ainda não aprovou o registro de nenhum imunizante. Com mais de 7,5 milhões de casos de coronavírus registrados no país, tendência de alta em vários Estados e quase 200.000 mortes pela doença, o presidente Jair Bolsonaro chegou a dizer que não “dá bola” nem se sente pressionado pelo avanço da vacinação no mundo. A demora por um plano, no entanto, tem graves consequências. Além de não frear a perda de muitas vidas, o atraso deve dificultar ainda mais a retomada da economia brasileira, que já irá encontrar vários percalços em 2021, como alta do desemprego, da inflação e o agravamento do rombo das contas públicas.

O quadro é claro. Quanto mais o país demorar para aplicar o plano de vacinação nacional, mais tempo estenderá a crise. A atividade econômica deve ter um tombo de quase 5% em 2020. “A vacina é a única forma efetiva de resolver o problema. Só assim você consegue retomar a economia de forma contínua e não fica nesse abre e fecha das atividades, nessa incerteza, como estamos vivendo novamente com o aumento de casos”, explica Joelson Sampaio, coordenador do curso de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo. Segundo ele, os países que já conseguiram sair na frente na imunização da população serão os primeiros a sentirem os impactos na retomada da economia.

O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, já reconheceu que só a vacinação em massa da população conseguirá garantir um retorno seguro ao trabalho e retomada do crescimento econômico brasileiro.

Apesar do mercado projetar um cenário um pouco mais otimista para o próximo ano, apostando em um crescimento de cerca de 3,5% do Produto Interno Bruto, algumas instituições financeiras não descartam um primeiro trimestre negativo caso a vacinação não comece rápido e os registros da doença continuem em alta. “Vamos torcer para que todos estejam vacinados, porque, em um cenário com 400 mortes diárias pode ocorrer um trimestre negativo. Precisamos que a taxa de mortes caia. Agora [nas primeiras semanas de dezembro], os dados pioraram, e isso aumenta o risco de termos um PIB negativo no primeiro trimestre de 2021”, disse Mario Mesquita, economista-chefe do banco Itaú, em uma apresentação sobre as perspectivas para o próximo ano. Ele aponta ainda que, mesmo que as autoridades não imponham restrições às atividades, o aumento das mortes faz com que as próprias pessoas passem a sair menos de casa para utilizar serviços que impliquem em aglomerações.

Soma-se a esse quadro o fim do auxílio emergencial, benefício criado para minimizar os impactos econômicos da pandemia. Ao menos 40 milhões de pessoas começarão o próximo ano sem esse amparo do Governo em meio a uma pandemia e sem plano de vacinação. O encerramento da ajuda irá diminuir a renda da população mais vulnerável, a injeção de dinheiro na economia e deve provocar um aumento no desemprego no país. Muitas pessoas que perderam seus postos de trabalho não voltaram a procurar outro por conta da pandemia e das regras de quarentena, já que contavam com a transferência de renda.

Dados divulgados nesta terça-feira (29) pelo IBGE mostram que a taxa de desemprego ficou em 14,3% no trimestre encerrado em outubro, uma avanço de 0,5 ponto percentual em relação ao trimestre encerrado em julho. O Brasil tinha 14,1 milhões de desempregados no trimestre, 931.000 a mais do que no trimestre móvel anterior, encerrado em julho. O aumento da fila do desemprego é um reflexo de um número maior de brasileiros que decidiu sair em busca de uma vaga com a flexibilização das regras de isolamento.

Além de mais pessoas à procura de emprego, houve alta de 2,8% na população ocupada, que chegou a 84,3 milhões de pessoas. “Esse cenário pode estar relacionado a uma recomposição, ao retorno das pessoas que estavam em afastamento. Nesse trimestre percebemos uma redução da população fora da força de trabalho e isso pode ter refletido no aumento de pessoas sendo absorvidas pelo mercado de trabalho e também no crescimento da procura por trabalho”, explica a analista da pesquisa Adriana Beringuy.

Há ainda, no entanto, queda na ocupação e aumento na população fora da força quando a comparação é feita com o mesmo período do ano passado. “Temos uma população ocupada que é menor em quase 10 milhões de pessoas e um aumento de 12 milhões na população fora da força [que inclui pessoas que não estavam trabalhando nem procuravam por emprego]. Então esse pode ser um início de uma recomposição, mas as perdas acumuladas na ocupação durante o ano ainda são muito significativas”, completa.

Para o professor João Saboia, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é inevitável que a fila do desemprego aumente com a extinção do auxílio emergencial, já que o mercado não conseguirá absorver todas as pessoas que voltarão a buscar novos postos. “E mesmo quem conseguir um novo emprego será mal absorvido, informalmente ou com nível de renda muito baixo”, explica. A maior parte do aumento no número de ocupados do último trimestre veio do trabalho informal, segundo o IBGE.

### Terceiro trimestre pode ter pico de desemprego

O primeiro trimestre de 2021 deve ser o mais preocupante, na avaliação de Saboia. “Sem auxílio e provavelmente sem vacina praticamente, é difícil pensar como retomar. Também são os meses de verão quando historicamente a economia anda mais devagar. Depois, pode ser que a atividade comece a sair mais do fundo do poço, mas vai ser tudo muito lento”, analisa.

De acordo com a corretora XP, a grande fonte de incerteza relacionada ao desemprego ainda é quanto à transição do fim da ajuda às famílias e

empresas em 2021 com os desafios da economia brasileira, como a agenda de reformas que podem trazer confiança, principalmente, ao setor de serviços em reconstrução. A corretora estima que a taxa de desemprego alcançará sua maior taxa no primeiro trimestre de 2021, chegando a quase 16%.

### Inflação pressionada por alimentos e luz

Outro vento em contra no início de 2021 é a inflação. A pandemia pressionou os preços, principalmente dos alimentos e pode ter reflexos ainda no início do próximo ano. Nos últimos meses do ano, a inflação acelerou e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), uma prévia da inflação oficial, fechou em 4,23%, acima da meta de 4%. A pressão também foi causada pela decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de cobrar bandeira vermelha, aumentando o valor da conta de luz dos consumidores no último mês do ano. Segundo analistas, o preço dos alimentos deve começar arrefecer no primeiro trimestre. Para 2021, a meta fixada pelo Banco Central é de 3,75%, e o mercado financeiro estima algo em torno de 3,34%, também segundo o Focus. No próximo ano a tendência é de um “espalhamento” da inflação.

A pandemia também piorou a saúde das contas públicas do Brasil que já estão há anos no vermelho. O rombo fiscal acumulado entre janeiro e novembro deste ano foi de 699,1 bilhão de reais, o pior desempenho da série histórica iniciada em 1997. Em relação ao mesmo período de 2019, houve um recuo de 9,7% nas receitas e avanço de 39,3% nas despesas. A meta fiscal para este ano admitia um déficit de até 124 bilhões nas contas do governo central, mas a aprovação, pelo Congresso, do decreto de calamidade pública para o enfrentamento da pandemia autorizou o Governo a descumprir o valor em 2020.

Em nota nesta terça-feira, o ministério da Economia afirmou que há três desafios para o próximo ano: o emprego, o crédito e a consolidação fiscal. A pasta projeta um crescimento de 3,2% do PIB em 2021 e afirmou que “com a vacinação ganhando força no mundo, o cenário internacional, será propício” para o Brasil, já que a taxa de juros internacional está baixa e deve manter esse patamar, “o que nos favorece para manter os juros baixos

internos” e por estimular “capitais internacionais que busquem oportunidades de retorno”.

Enquanto o ministério da Economia aposta no avanço da vacinação no mundo, Bolsonaro, que já afirmou que não tomará vacina contra covid-19, chegou a dizer que se alguém “virar um jacaré” por tomar o imunizante, não poderia tomar qualquer medida contra os fabricantes. O presidente também afirmou que são os laboratórios que precisam correr atrás de registros de vacinas para vender ao Brasil.

O país se encontra no meio de uma batalha política entre Bolsonaro e o governador de São Paulo João Dória na corrida por uma vacina. O país inicialmente centrou esforços na vacina da AstraZeneca, a chamada “vacina de Oxford”. O Governo Federal assinou um acordo para a realização dos testes da fase três do imunizante e de transferência de tecnologia, com a promessa de produção de milhões de doses pela Fiocruz. Nesta segunda, a Fiocruz afirmou que se encontra no processo de submissão contínua e que deverá enviar os últimos dados à Anvisa até 15 de janeiro. São Paulo, no entanto, diz que começará sua imunização no dia 25 de janeiro com a vacina do laboratório chinês Sinovac, que assinou um acordo de cooperação com o Instituto Butantan. Porém, o Governo paulista adiou a divulgação de seus dados de eficácia da vacina três vezes, enquanto a Sinovac tenta combinar dados de teste globais que incluem Indonésia, Turquia e Chile. Por enquanto o que ronda o país é uma nuvem de incertezas e nenhuma data concreta de vacinação.

Link original: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-30/atraso-do-brasil-em-comencar-vacinacao-contracovid-19-estende-crise-e-retarda-retomada-da-economia.html>